

O que tudo visto; e

Considerando que, embora o citado médico municipal tenha direito à aposentação, ele prejudicou o exercício desse direito pelas condições ilegais em que se colocou;

Considerando que, preenchidas todas as formalidades legais, ele se nega a cumprir a primeira e principal condição do concurso em que foi provido, qual é a de residir dentro do concelho;

Considerando que tem faltado também à terceira e quarta condições do contrato:

Acorda a Junta em que seja demittido do lugar de médico municipal do concelho da Maia o médico António Domingues dos Santos Aroso, e em autorizar a Comissão Municipal Administrativa a abrir concurso para o provimento do partido vago, nas condições do actual.

Lisboa, 4 de Janeiro de 1913. — *Ricardo Jorge* — *Manuel Gonçalves Marques* — *Augusto Lobo Alves* — *José J. de Almeida*.

Direcção Geral de Assistência

1.ª Repartição

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo 1.º Do produto dos impostos camarários, arrecadados pela Alfândega do Funchal, deduzir-se há 1 por cento, que será mensalmente entregue à comissão administrativa do Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Funchal.

§ único. Esta administração receberá e tratará gratuitamente, no referido Hospital, os doentes pobres que, com guia passada pelos presidentes das câmaras municipais do distrito do Funchal, se lhe apresentarem.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros do Interior e das Finanças a façam imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, em 16 de Janeiro de 1913. — *Manuel de Arriaga* — *Afonso Costa* — *Rodrigo José Rodrigues*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral de Justiça

1.ª Repartição

Despachos efectuados nas seguintes datas, tendo o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 23 do corrente, os que estão nos casos do artigo 44.º e seus parágrafos da lei de 9 de Setembro de 1908:

Janeiro 18

Bacharel Manuel Rufino da Graça, juiz de direito da Guarda — transferido, como requereu, para idêntico lugar em Portalegre.

Bacharel Domingos Dias da Costa, juiz de direito de 2.ª classe, servindo em Celorico de Basto — promovido à 1.ª classe e colocado na Guarda.

Bacharel Luis Mendes de Oliveira Fernandes, juiz de direito de 3.ª classe, servindo em Figueiró dos Vinhos — promovido à 2.ª classe e colocado em Celorico de Basto.

Bacharel Elísio Ferreira Lima e Sousa, juiz de direito em Figueira de Castelo Rodrigo — transferido, como requereu, para idêntico lugar em Figueiró dos Vinhos.

Janeiro 22

Adejalme Teles — nomeado ajudante do escrivão-notário de Vila Verde, Gaspar Augusto Teles.

Cândido Augusto Pereira — nomeado ajudante do contador da 5.ª vara civil de Lisboa.

Licenças

Licenças de que foram pagos os emolumentos:

Janeiro 17

Álvaro de Brito e Rocha de Aguiar, escrivão-notário em Valença — sessenta dias.

Janeiro 18

Manuel Louro Correia, escrivão-notário no Sabugal — sessenta dias, por motivo de doença.

Licença de que tem de ser pagos os emolumentos:

Janeiro 22

Bacharel António de Castro Pereira e Sola, juiz de direito em Pombal — trinta dias.

Direcção Geral da Justiça, em 24 de Janeiro de 1913. — O Director Geral, *Germano Martins*.

Conservatória Geral do Registo Civil

Por despachos de 23 de Janeiro de 1913:

Abílio Martins — exonerado de ajudante do posto do registo civil da freguesia da Ribeira, do concelho de Torres Novas.

António Cactano Parreira de Carvalho — nomeado ajudante para o referido posto.

Criado um posto do registo civil na freguesia de Quinta de Pero Martins, no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.

Artur Augusto Teixeira — nomeado ajudante para o referido posto.

Germano da Fonseca Matos — exonerado de ajudante do posto de registo civil da freguesia de Gouveias, do concelho de Pinhel.

Por despachos de 24:

Joaquim Gonçalves Lages — exonerado de ajudante do posto de registo civil da freguesia de Nave, do concelho de Sabugal.

Joaquim Antunes da Fonseca — nomeado ajudante para o referido posto.

Licença

Bacharel Eduardo Saldanha da Silva Vieira, conservador do registo civil do distrito de Coimbra — concedida licença de quinze dias. (Pagou os respectivos emolumentos).

Conservatória Geral do Registo Civil, em 24 de Janeiro de 1913. — O Conservador Geral, *Germano Martins*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Alfândegas

1.ª Repartição

Por decreto de 18 de Janeiro corrente:

Álvaro Sérgio da Rosa Mela, segundo aspirante do quadro aduaneiro — promovido, por antiguidade de classe, e nos termos do disposto no artigo 106.º do decreto n.º 1, de 27 de Maio de 1911, ao lugar de primeiro aspirante do mesmo quadro, indo ocupar a vaga resultante da aposentação concedida por decreto de 28 de Dezembro último ao primeiro aspirante, José Simplício Lacerda de Moura.

Por despacho de 21 de Janeiro corrente:

Manuel da Silva Lopes Moreira, Egidio de Freitas Soares, António Nunes e Malaquias do Pinho das Neves, remadores adidos ao quadro da fiscalização marítima da Alfândega do Porto — colocados no mesmo quadro indo ocupar as vagas resultantes da promoção a patrões, dos remadores, António Gomes Arouca, Francisco Pedrosa Rodrigues, Joaquim Pedrosa Rodrigues e Damião Custódio Soares, efectuada por despacho de 6 de Dezembro último.

(Vistos do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 23 de Janeiro de 1913).

Direcção Geral das Alfândegas, em 24 de Janeiro de 1913. — O Director Geral, *Manuel dos Santos*.

Direcção Geral da Estatística e Fiscalização das Sociedades Anónimas

Repartição da Fiscalização das Sociedades Anónimas

BANCO MUTUÁRIO

(Sociedade anónima de responsabilidade limitada)

Capital nominal 800:000\$000 réis — Capital realizado 180:000\$000 réis

Balanco referente ao mês de Julho de 1911

ACTIVO	
Dinheiro em caixa	2:877\$450
Dito depositado à nossa ordem	18:065\$410
Ações por emitir	120:000\$000
Valores depositados em garantia	18:800\$000
Edifício do Banco	6:300\$000
Móveis e utensílios	1:220\$000
Fundos flutuantes	307\$000
Letras descontadas e a receber	240:513\$610
Empréstimos sobre hipotecas	3:000\$000
Ditos sobre contas correntes	17:643\$780
Ditos sobre rendimentos certos	539\$470
Ditos sobre diferentes valores	31:209\$215
Conta de juros	2:803\$200
Devedores gerais	11:804\$960
Despesas gerais	2:987\$050
	478:076\$145

PASSIVO	
Capital nominal	300:000\$000
Valores depositados em garantia	18:800\$000
Fundo de reserva	6:000\$000
Depósitos em conta corrente	37:072\$630
Letras a pagar	110:287\$800
Dividendos a pagar	1:562\$500
Lucros e perdas	4:353\$215
	478:076\$145

Porto, em 31 de Julho de 1911. — Pelo Banco Mutuário, os Directores, *José Maria de Oliveira* — *José Rodrigues dos Santos*. — O Guarda-livros, *Cardoso Guimarães*.

Declaramos que se acham cumpridas as disposições do artigo 7.º da lei de 3 de Abril de 1896. — *José Maria de Oliveira* — *J. R. dos Santos*.

Está conforme o duplicado que fica arquivado nesta Repartição da Fiscalização das Sociedades Anónimas, em 26 de Dezembro de 1912. — O Inspector Geral, *José M. Pereira*.

CAIXA ECONÓMICA FLORENTINA — ILHA DAS FLORES

Balancete em 31 de Maio de 1911

ACTIVO	
Caixa	947\$080
Accionistas	4:250\$000
Mótuos	22:439\$065
Prémios pagos	45\$320
Despesas gerais	2\$500
	27:683\$965

PASSIVO	
Capital	5:000\$000
Depósitos	21:900\$280
Fundo de reserva	394\$655
Prémios recebidos	389\$030
	27:683\$965

Os Directores, *Jesulino Augusto Carlos Flores* — *António Gabriel Soares* — *José Jacinto Armas de Amaral*. — O Guarda-Livros, *Fernando Augusto Rocha Flores*.

Está conforme o duplicado, que fica arquivado nesta Repartição da Fiscalização das Sociedades Anónimas, em 26 de Dezembro de 1912. — O Inspector Geral, *José Maria Pereira*.

BANCO LUSITANO

Balanco em 29 de Abril de 1911

ACTIVO	
Caixa	1:672\$799
Fundos flutuantes	322:567\$970
Ações próprias (existentes em carteira antes da promulgação do decreto de 11 de Julho de 1894)	8:108\$000
Letras (sobre o país) descontadas e transferências	12:906\$000
Letras a receber	102\$000
Empréstimos e contas correntes com caução	1:148:773\$023
Empréstimos com cauções das próprias acções e outras	22:774\$915
Agências e correspondências	98:015\$302
Devedores gerais	2:803:099\$647
Móveis, utensílios e maquinismos	2:000\$000
Prédio do Banco	60:000\$000
Gastos gerais	415\$065
Despesas judiciais	164\$190
Diversas contas de valores	1:195:039\$400
Transacções em suspenso	94:739\$512
Minas de chumbo	91:707\$490
	5:862:085\$293

PASSIVO	
Capital	800:000\$000
Depósitos à ordem	5:159\$155
Depósitos a prazo	31:439\$355
Credores gerais	229:086\$726
Juros	51\$740
Ganhos e perdas	3:028\$265
Valores em caução	1:195:039\$400
Créditos convencionados	2:364:798\$319
Liquidações	1:233:482\$333
	5:862:085\$293

Pelo Banco Lusitano, os directores, *Higino de Mendonça* — O Chefe da Contabilidade, *E. Quintela*.

Está conforme o duplicado que fica arquivado nesta Repartição da Fiscalização das Sociedades Anónimas, em 24 de Dezembro de 1912. — O Inspector Geral, *José Maria Pereira*.

Conselho Superior da Administração Financeira do Estado

Secretaria Geral

2.ª Repartição

2.ª Secção

Nos termos do regimento e para os efeitos legais publicam-se, por extracto, os seguintes acórdãos:

Processo n.º 1:803. — Relator o Ex.º Vogal Dr. Aresta Branco. — Responsável Joaquim Serafim Cardoso, na qualidade de recebedor do concelho de Malange, desde 1 de Julho de 1906 até 30 de Junho de 1907, foi julgado quite por acórdão definitivo de 18 de Janeiro de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Em documentos de cobrança	24:805\$264
Valores selados	46:627\$725
Letras	4:746\$400
Dinheiro do Tesouro	7:505\$290
Documentos de despesa	78:809\$800
Total — Réis	162:494\$479

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:804. — Relator o Ex.º Vogal J. Cupertino Ribeiro. — Responsável João Ferreira Vianna, na qualidade de recebedor do concelho de Benguela, desde 1 de Julho de 1906 até 5 de Fevereiro de 1907, foi julgado quite por acórdão definitivo de 18 de Janeiro de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Em documentos de cobrança do Tesouro	177:497\$070
Valores selados	42:273\$844
Impressos não selados	509\$062
Letras	20:651\$580
Dinheiro do Tesouro	35:427\$356
Documentos de despesa	116:490\$699
Total — Réis	392:849\$611

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:805. — Relator o Ex.º Vogal Sousa da Câmara. — Responsável Francisco de Oliveira Simões Nunes de Abreu, na qualidade de recebedor do concelho de Ganguelas e Ambucelas (Angola), desde 1 de Março até 30 de Junho de 1910, foi julgado quite por acórdão definitivo de 18 de Janeiro de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Valores selados	1:652\$790
Dinheiro (incluindo 5:996\$400 réis em documentos de despesa).	6:300\$300
Total — Réis	7:953\$090

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:807. — Relator o Ex.º Vogal Pais de Figueiredo. — Responsável João Capistrano Moraes, na qualidade de recebedor do concelho de Santo Antão (Cabo Verde), desde 1 de Julho de 1903 até 30 de Junho de 1904, foi julgado quite por acórdão definitivo de 18 de Janeiro de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro	5:801\$359
Impressos não selados	19\$950
Valores selados	6:064\$460
Dinheiro do Tesouro	33:119\$991
Total — Réis	45:005\$760

que passou a débito da conta imediata.